

O Magistério pós-conciliar e o ecumenismo: uma conversão de cima para baixo

Post-conciliar teaching and ecumenism: a top-down conversion

Huanderson Silva Leite*

Resumo

A divisão entre os cristãos é um escândalo para o mundo e prejudica claramente o anúncio da Boa Nova do Evangelho. O Concílio Vaticano II, influenciado pelos movimentos bíblico, missionário, leigo, litúrgico e ecumênico, colocou a Igreja Católica num posicionamento de diálogo com a sociedade, com as ciências, com as outras religiões e com outras expressões cristãs. A Igreja Católica, que até então insistia numa *Teologia do Retorno*, vai se colocar numa posição de acolhida e comunhão com as diversas expressões cristãs. Esse mover do Espírito culminará, num mover de unidade, mediante a abertura de João XXIII, perpassando vários documentos do Concílio Vaticano II e levados em frente por seus sucessores. Deste modo, se nas camadas mais populares, muitas vezes, esse diálogo não se realiza, ao menos numa linha teológica é possível encontrá-lo. Neste artigo, analisaremos o contexto ecumênico pré-conciliar, o posicionamento do papa João XXIII e os desdobramentos dentro do próprio Concílio. Além disso, visitaremos as falas e as iniciativas do Magistério pós-conciliar, para verificarmos os avanços teológicos conquistados neste quesito.

Palavras-chave:

Ecumenismo – Magistério
– Concílio Vaticano II –
Unidade.

Abstract

The division between Christians is a scandal to the world and clearly undermines the proclamation of the Good News of the Gospel. The Vatican Council II, influenced by the biblical, missionary, lay, liturgical and ecumenical movements, placed the Catholic Church in a position of dialogue with society, with the sciences, with other religions and with other Christian expressions. The Catholic Church, which until then insisted on a Theology of Return, will put itself in a position of welcome and communion with the different Christian expressions. This move of the Spirit will culminate, in a move of unity, through the opening of John XXIII, going through several documents of the Second Vatican Council and carried forward by his successors. In this way, if, in the most popular layers, this dialogue is often not carried out, at least in a theological line it is possible to find it. In this article, we will analyze the pre-conciliar ecumenical context, the position of Pope John XXIII and the developments within the Council itself. In addition, we will visit the speeches and initiatives of the post-conciliar Magisterium, to verify the theological advances achieved in this regard.

Keywords:

Ecumenism – Teaching –
Vatican Council II –
Unity.

*Graduado em Comunicação Social e Teologia; Mestrando em Teologia pelo PEPG PUC/SP

Enviado em
25.03.2020
Aprovado em
18.08.2020



Introdução

No dia 25 de janeiro de 1959, no encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, o Papa João XXIII anuncia o Concílio, apenas três meses após sua eleição, demonstrando seu desejo de trabalhar pela renovação da Igreja e pela unidade dos cristãos, que se tornaria um dos objetivos principais do Concílio Vaticano II. O caráter relacional e dialogal marcaria não somente o seu pontificado, mas os trabalhos de todo o Concílio. O ecumenismo, se não totalmente rejeitado até o momento, era, no mínimo, desafiador. Porém, o espírito de abertura e animação conciliar o colocaria em debate na Igreja Católica, e ganharia, assim, uma nova perspectiva. Mesmo com a morte de João XXIII, a linha dialogal é mantida e, por sua vez, permeia o Magistério dos papas que virão na sequência. Paulo VI deixa contribuições consideráveis sobre o tema; João Paulo II ainda mais, sobretudo com a encíclica *Ut unum sint*, além de outras iniciativas concretas de aproximação. Bento XVI se posicionaria de maneira mais tímida; e o Magistério do papa Francisco assumirá, desde o início, esse posicionamento como uma das marcas registradas de seu pontificado.

Temos visto o quanto o Magistério avançou nessa reflexão ao longo dos últimos 50 anos. Em algumas realidades do mundo, como do próprio Brasil, o ecumenismo é ainda algo rechaçado por grande parte de nosso povo. Feridas, rechaços e paixões têm causado um grande fechamento a esse diálogo tão necessário para a sociedade atual e determinante para o futuro do cristianismo. Essa reflexão precisa ser assumida pela própria base, ao menos para que o testemunho cristão de amor ao próximo seja transmitido por nós, cristãos, numa sociedade cujos valores e a moral têm sido cada vez mais rejeitados.

Antecedentes pré-conciliares

O movimento ecumênico nasce por iniciativa de experiências de irmãos protestantes; possivelmente seja esta uma das raízes a explicar a rejeição de muitos católicos a esse tema. Antes das divisões, o termo *ecumenismo* era utilizado como expressão de comunhão na fé, sobretudo mediante a adesão aos ensinamentos definidos nos Concílios Ecumênicos. Mas, após as divisões, representará os esforços de restabelecimento da unidade dos cristãos. O movimento ecumênico foi criado com a finalidade de aproximar e possibilitar o diálogo entre cristãos e as Igrejas.

Esse movimento nasceu da inquietação de pessoas que se questionavam sobre o problema da *separação*, entendendo que “a divisão prejudica a mensagem do Evangelho” (cf. UUS 6), pois, como crerão naquilo que nós pregamos, se estamos completamente divididos? O movimento ecumênico nasce a partir da visão de homens animados pelo Espírito Santo, pois Ele é, por excelência, o promotor da unidade. Esses homens entenderam que nenhuma divisão se justifica, mas que o amor gera comunhão, não divisão.

Os pioneiros da unidade foram o batista William Carey; os calvinistas Adolphe Monod e Henry Dunant; o metodista John Mott; os anglicanos Paul Wattson e Charles H. Brent; os católicos Paul Couturier e Lambert Beauduin; e o luterano Nathan Söderblom.

As primeiras iniciativas ecumênicas foram a criação de instrumentos de diálogo e comunhão como: a Aliança Evangélica (Londres, 1846); as Associações Cristãs de Moços e Moças (Inglaterra e EUA, 1840); e a Federação Mundial de Estudantes Cristãos (Inglaterra, 1895). Em 1910, nasce a Conferência Missionária Mundial, em Edimburgo, local em que foi fundado o Conselho Internacional dos Missionários, e que, em 1961, entrou para o Conselho Ecumênico das Igrejas.

Para Wolff (2014, p. 21-22), outras iniciativas ecumênicas de extrema importância no século XX foram:

os Movimentos Vida e Ação (1925); Fé e Constituição (1937); a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (Lyon, 1935); e o Conselho Mundial das Igrejas (Amsterdã, 1948), que, atualmente, congrega 347 Igrejas com a participação da Igreja Católica, mais especificamente a partir da década de 60 do século XX, inclusa assim no mover de unidade próprio do Concílio.

Enquanto aconteciam iniciativas no campo protestante, no mundo católico verificavam-se a rejeição, o fechamento e o isolamento então predominantes, apesar de algumas iniciativas, entretanto pequenas, o que é compreensível, tendo em vista os longos séculos de exclusivismo que até então vigorava.

Iniciativas no Magistério Católico pré-conciliar

Conta-se, em Leão XIII, ainda que de maneira muito tímida, cerca de 240 atos dirigidos a favorecer a unidade dos cristãos. Bento XV, por sua vez, em 1909, teve como o ato mais satisfatório a bênção da Semana de Oração pela

Unidade dos Cristãos.

No pontificado de Pio XI, observaremos um certo retrocesso na causa ecumênica com a publicação da encíclica *Mortalium animos*. O cenário que já não era motivador em âmbito católico tornar-se-á ainda pior com a seguinte afirmação em relação às iniciativas ecumênicas:

Esforços semelhantes não têm qualquer direito a aprovação dos católicos, pois se baseiam nessa opinião errada de que todas as religiões são mais ou menos boas e louváveis, neste sentido de que elas revelam e traduzem todas igualmente – embora de uma maneira diferente – o sentimento natural e inato que nos leva a Deus e nos inclina com respeito diante de seu poder (PIO XI, 1928, n. 3).

Não obstante, é comum, na atualidade, encontrarmos indivíduos e até grupos que fundamentam seu posicionamento antiecumênico em determinadas afirmações da referida encíclica.

Em 1943, o papa Pio XII, na *Mystici corporis*, conclama também a oração pela unidade, e inicia-se então, de maneira cautelosa, uma preparação para o caminho de unidade que viria a ser desbravado por João XXIII no Concílio Vaticano II:

Desejamos também vivamente que essas orações abracem com ardente caridade tanto aqueles a quem não raiou ainda a luz do Evangelho, nem entraram no redil seguro da Igreja, como os que um triste dissídio na fé ou na unidade separa de nós, que embora indignos; representamos a pessoa de Jesus Cristo na terra. Repitamos aquela oração divina do Salvador ao Pai celeste: “Que todos sejam um, como tu, ó Pai, em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós: para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21) (PIO XII, 1943, n.99).

O primeiro pronunciamento positivo do Magistério sobre o movimento ecumênico virá na Instrução do Santo Ofício *Ecclesia Catholica* (20 de setembro de 1949):

Em diversas partes do mundo, quer em virtude dos acontecimentos exteriores e da mudança das disposições dos fiéis, o desejo de que todos os que crêem em Cristo Senhor Nosso voltem a unidade tornou-se mais vivo de dia para dia, sob inspiração da graça do Espírito Santo, no coração de muitos homens separados da Igreja católica (apud WOLFF, 2014, p. 28).

O ecumenismo no pontificado de João XXIII

João XXIII, antes mesmo do seu pontificado, já dava mostras de sua disposição ecumênica. Durante os nove anos em que foi visitador apostólico na Bulgária (1925-1934), o bispo Ângelo Roncalli buscou realizar uma missão de paz nas relações com muçulmanos, a maioria ortodoxa e a minoria católica de rito latino e oriental. Em 1927, visitou o patriarca de Constantinopla, Basílio III, acreditando que a unidade exigia “a caridade... mais do que a discussão teológica”. Depois, como delegado apostólico na Grécia e na Turquia, entre 1934 e 1944, e como núncio em Paris (1944-1953), continuou o esforço de boas relações entre Igrejas e religiões (PASSOS e SANCHEZ, 2015, p. 327).

No dia 29 de janeiro de 1959, em pronunciamento, João XXIII convidava as “comunidades separadas” a participarem do Concílio Vaticano II com a seguinte fala: “Renovamos o nosso convite aos fiéis das comunidades separadas para também elas nos acompanharem amavelmente nesta busca da unidade e da graça a qual tantas almas aspiram de todos os pontos da terra” (JOÃO XXIII, 1959).

Em 1960, João XXIII cria o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, com a finalidade de ajudar na preparação do Concílio Vaticano II. Ele é presidido pelo cardeal Bea. Esse secretariado preparou para o Concílio um decreto sobre o ecumenismo num espírito de novidade. Para Libânio, “já era o sujeito moderno em ação, mostrando sua face de diálogo, de abertura ao diferente, de aceitação do pluralismo, de superação do fixismo, do sectarismo e do dogmatismo” (LIBÂNIO, 2005, p. 31). Foram convidados observadores ortodoxos, anglicanos e protestantes para participarem do Concílio.

Um dos frutos desse espírito conciliar é a presença da Igreja Católica também no Conselho Mundial das Igrejas, em 1961, no qual foram retiradas as expressões antissemitas da liturgia da Sexta-feira Santa.

Mesmo sendo um pontificado breve, podemos dizer que foi revolucionário em muitos aspectos e determinante para uma mudança de posicionamento da Igreja Católica em relação ao ecumenismo.

Paulo VI

Paulo VI entendeu que a divisão dos cristãos era um dos mais graves problemas do cristianismo e da humanidade e estabeleceu contatos com os

líderes das Igrejas e dos organismos ecumênicos, mais precisamente com o Conselho Mundial das Igrejas, em 1969. Nesses contatos, enfatizou a responsabilidade ecumênica dos bispos católicos romanos e incentivou as semanas de oração pela unidade dos cristãos.

Sua primeira encíclica, *Ecclesiam suam* (1964), colocou pela primeira vez o diálogo no centro da autoconsciência da Igreja:

Eis por fim o círculo, mais perto ainda de nós, do mundo que se intitula cristão. Neste campo o diálogo, que se chamou ecumênico, já está aberto, nalguns setores, está até em fase de realização inicial e positiva. Muita coisa poderíamos dizer sobre tema tão complexo e delicado. Mas o nosso discurso não abarca tudo. Limita-se a poucas alusões, aliás. Com prazer fazemos nossa esta máxima: Ponhamos em evidência primeiramente o que nos é comum, antes de insistirmos no que nos divide. Boa e fecunda orientação para o nosso diálogo. Estamos dispostos a prosseguir-lo cordialmente (cf. ES 61).

Para o papa Paulo VI, a abertura ao diálogo era considerada um grande avanço, e, por isso, elea via de forma muito positiva. Insistia ele no diálogo a partir do que é comum, e não das divergências, para que o diálogo prosseguisse de maneira proveitosa.

Na sua exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, faz uma denúncia fortíssima em relação à divisão dos cristãos:

Como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo, não já a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas sim a imagem de pessoas amadurecidas na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que se verifiquem, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade. Sim, a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho de unidade dado pela Igreja (...). Nisto há-de ser vista uma fonte de responsabilidade, como também de conforto. Quanto a este ponto, nós quereríamos insistir sobre o sinal da unidade entre todos os cristãos, como caminho e instrumento da evangelização. A divisão dos cristãos entre si é um estado de fato grave, que chega a afetar a própria obra de Cristo (cf. EN 77).

As contribuições do Decreto *Unitatis redintegratio*

Para Kasper, o decreto *Unitatis redintegratio* o Concílio Vaticano II deve, portanto, ser interpretado em continuidade aos outros concílios. “Essa conti-

nuidade não deve ser entendida como uma realidade morta ou fossilizada, mas como um evento vivo por intermédio do qual o Espírito Santo nos introduz continuamente ‘a verdade plena’” (KASPER, 2008, p. 21).

Zanon afirma que no decreto *Unitatis redintegratio* transparece o esforço de procurar a unidade na diversidade, de compreender a Igreja enquanto relação, e não como sociedade perfeita. “A Igreja enquanto povo de Deus e Corpo de Cristo procura dialogar para promover sempre mais a comunhão desse único Corpo” (ZANON, 2012, p. 37).

O ecumenismo aparece no primeiro grupo de temas a serem estudados e debatidos no Concílio. Na última fase do primeiro período do Concílio (26 a 30 de novembro de 1962), discutiu-se o primeiro esquema sobre a unidade da Igreja, intitulado *Ut unum sint*. A preparação desse texto havia sido realizada pela Comissão para as Igrejas Orientais, e, de maneira limitada, refletia as relações da Igreja Católica com essas Igrejas de tradição ortodoxa. Porém, o Secretariado para a Unidade dos Cristãos e a comissão teológica haviam ido mais a fundo na questão ecumênica.

A comissão teológica tinha por objetivo inserir essa temática no documento *De ecclesia* e fora formada uma comissão mista para trabalhar esse assunto. A composição dessa comissão era constituída por membros da Comissão de Doutrina, Comissão para as Igrejas Orientais e do Secretariado para a Unidade dos Cristãos; quando, em 1º de dezembro de 1962, o cardeal Bea interveio. O esquema foi então reelaborado, sintetizando os três textos sobre a unidade da Igreja. Elaborou-se um novo texto durante o primeiro intervalo do Concílio com apenas três capítulos: “Os princípios do ecumenismo”; “A prática do ecumenismo”; “Cristãos separados da Igreja Católica: Igrejas orientais e comunidades eclesiais surgidas a partir do século XVI”.

A discussão desse texto aconteceu no segundo período do Concílio, mais especificamente em 18 de novembro de 1963. Aos três capítulos supra-mencionados foram acrescentados outros dois: um relacionado ao povo judeu e outro sobre liberdade religiosa. A recepção da parte ecumênica foi positiva, a orientação de abandonar a Teologia do Retorno bem encaminhada, mas atemática voltada ao judaísmo e a liberdade religiosa encontraram resistências, mas o esquema foi aprovado em 21 de novembro. No final, os três primeiros capítulos acabaram sendo acolhidos pelos padres conciliares como base de discussão, e

os dois últimos não foram aprovados; porém, futuramente, acabaram se tornando dois outros decretos.

Sendo assim, no dia 5 de outubro de 1964, no terceiro período do Concílio, foi apresentado o esquema à Congregação Geral, e, mesmo com grande consenso, ainda assim o documento recebeu quase 2 mil emendas e, no final, foram realizadas 19 modificações mediante sugestões do papa Paulo VI. Por fim, o decreto sobre o ecumenismo *Unitatis redintegratio* foi aprovado no dia 21 de novembro de 1964, com 2137 votos favoráveis e somente 11 contrários.

Para Wolff (2012, p. 30), o *Unitatis redintegratio* é um novo modo de compreender o cristianismo como um todo:

Não mais se afirma a unidade pelo retorno; há o reconhecimento de culpas pela situação de divisão dos cristãos; há o reconhecimento de elementos comuns entre a Igreja Católica e as demais Igrejas; assume-se o valor da oração, do diálogo e da cooperação entre as Igrejas como imprescindível para a busca da unidade.

Entre as contribuições que o texto traz, destacamos que ele começa afirmando e reconhecendo que a divisão contradiz abertamente a vontade de Cristo, e se constitui em escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda criatura. Chama o movimento de unidade de movimento ecumênico, e reconhece que dele participam os que invocam o Deus Trino e confessam a Jesus como Senhor e Salvador (cf. UR 1).

Traz também o entendimento de que por *movimento ecumênico* se compreende as iniciativas suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. E nos motiva a atitudes concretas, como a realização de todos os esforços possíveis para eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles (cf. UR 4).

Reconhece que é o próprio Deus quem opera a distribuição das graças e dos ministérios, enriquecendo a Igreja de Jesus Cristo com diferentes dons, e Ele próprio, através de tudo isso e por obra do mesmo Espírito, realiza a comunhão na unidade (cf. UR 2).

Considera o batismo como vínculo de incorporação a Cristo e, por isso,

com razão, todos os batizados levam o nome de cristãos (cf. UR 3).

Chama os cristãos a conservarem a devida liberdade, tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, quanto na diversidade de ritos litúrgicos, e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada, entendendo que a liberdade não respeitada implica um processo de uniformização, e que se a diversidade não for considerada, a unidade não tem sentido (cf. UR 5).

Reitera a necessidade de uma conversão interior no êxito da missão de unidade dos cristãos (cf. UR 7). Sem propósito de mudança, sem disposição para a construção de relacionamentos mais afetuosos e fraternos, o trabalho se torna vão.

Realiza de modo direto um humilde pedido de perdão a Deus e aos irmãos separados, como também dá o perdão àqueles que nos ofenderam (cf. UR 7).

Para restaurar e conservar a comunhão e a unidade, é preciso “não impor nenhum outro encargo além do necessário (...) principalmente pela oração, por um fraternal diálogo em torno da doutrina e das mais urgentes necessidades da missão pastoral de hoje”, bem como chama a todos os cristãos a cultivarem boas relações (cf. UR 18) e fixa o evangelho como ponto de partida para o diálogo ecumênico (cf. UR 23).

O documento encerra exortando os fiéis a se absterem de qualquer zelo superficial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade. Manifesta o desejo de que as iniciativas dos filhos da Igreja Católica se desenvolvam unidas às dos irmãos separados. Ademais, o Concílio declara estar consciente de que esse santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e os dotes humanos (cf. UR 24).

O ecumenismo no pontificado de João Paulo II

A fala de João Paulo II na cerimônia de boas-vindas, por ocasião de sua visita à Noruega, à Islândia, à Dinamarca e à Suécia, indica um pontificado rico em atos, textos e iniciativas no campo ecumênico: “Desde o começo de meu pontificado, fiz do ecumenismo a prioridade de minha preocupação e ação pastoral” (JOÃO PAULO II, 1989).

Além dessa fala, tivemos como outras iniciativas de João Paulo II o primeiro encontro de um papa com o arcebispo anglicano de Canterbury, Robert

Runcie, em 9 de março de 1980. Em 1982, um novo encontro, no qual divulgam uma declaração, afirmando que o progresso comum depende do “diálogo que se foi estabelecendo há uns 40 anos e graças ao qual, católicos e anglicanos procuraram encontrar o caminho da unidade da fé e da comunhão que desejava Cristo para a Sua Igreja” (JOÃO PAULO II, 1982).

Em 3 de dezembro de 1987, João Paulo II encontra-se com o Patriarca Ecumênico de Constantinopla, Sua Beatitude Dimitrios. Eles assinam uma declaração conjunta, afirmando o desejo de caminhar no diálogo e na compreensão entre o Patriarcado e a Igreja Católica.

Em 5 de outubro de 1991, acontece a celebração ecumênica na Basílica Vaticana, por ocasião do VI centenário da canonização de Santa Brígida da Suécia. Pela primeira vez desde a Reforma, dois bispos luteranos rezaram na Basílica de São Pedro com o papa e os bispos católicos de Estocolmo e de Helsinque.

Em 7 de dezembro do mesmo ano, preside a celebração ecumênica de oração na Basílica Vaticana, por ocasião da Assembleia Especial para a Europa do Sínodo dos Bispos.

Em 27 de junho de 1995, acontece a visita de Sua Santidade Bartolomeu I, Patriarca Ecumênico de Constantinopla, ao Santo Padre e à Igreja de Roma, com a assinatura de uma declaração conjunta.

Possivelmente, uma das maiores contribuições de seu pontificado se dá com a *Ut unum sint*, por ocasião dos 30 anos do *Unitatis redintegratio*. Na *Ut unum sint*, é perceptível o nível de avanço, não somente pelo conteúdo aprofundado –passados 30 anos de recepção conciliar, ao menos em nível vocabular, os avanços são um pouco mais sensíveis.

O documento começa com a afirmação de que todo elemento de divisão pode ser vencido e superado com o dom total de si próprio à causa do evangelho (cf. UUS 1). Reconhece que o caminho proposto é o caminho mais difícil (cf. UUS 2) e, lembrando um chamado do *Unitatis redintegratio*, afirma que o empenho ecumênico deve fundar-se na conversão dos corações e na oração, ambas induzindo depois a necessária purificação da memória histórica (cf. UUS 2).

Fazendo uma memória histórica, volta-se ao Concílio Vaticano II e reco-

nhece que a Igreja Católica, a partir de então, se empenhou, de modo irreversível, a percorrer o caminho da busca ecumênica, colocando-se, assim, à escuta do Espírito do Senhor, que ensina a ler com atenção os sinais dos tempos (cf. UUS 3).

Reafirma um dado eclesiológico de grande importância, quando afirma que a Igreja não é uma realidade voltada sobre si mesma, mas aberta permanentemente à dinâmica missionária e ecumênica, enviada ao mundo para anunciar e testemunhar, atualizar e expandir o ministério de comunhão que a constitui: “a fim de reunir a todos e tudo em Cristo; ser para todos sacramento inseparável de unidade” (cf. UUS 5).

Faz uma belíssima afirmação, quando diz que acreditar em Cristo significa querer a unidade; querer a unidade significa querer a Igreja; querer a Igreja significa querer a comunhão de graça que corresponde ao desígnio do Pai desde toda a eternidade (cf. UUS 9).

O Concílio diz que a Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica e, contemporaneamente, reconhece que, fora da sua comunidade visível, se encontram muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica (cf. UUS 10). O Espírito de Cristo não recusa servir-se delas como de meios de salvação, cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja Católica (cf. UUS 11).

Reitera, de modo semelhante ao *Unitatis redintegratio*, a afirmação de que não existe ecumenismo sem conversão interior, e acrescenta a conversão comunitária como tão importante quanto a conversão pessoal.

Reconhece que só há verdadeiro ecumenismo se não há o abandono de suas convicções, mas sim o respeito às diferenças, pois a unidade querida por Deus só se pode realizar na adesão comum ao conteúdo integral da fé revelada (cf. UUS 18).

No campo da espiritualidade, exorta a Igreja a orar pela unidade dos cristãos, chamando-a, inclusive, a um ecumenismo espiritual, reconhecendo que, quando os cristãos rezam juntos, a meta da unidade fica mais próxima (cf. UUS 22). Vê no diálogo não apenas uma troca de ideias, mas um intercâmbio de dons (cf. UUS 28).

De maneira prática, chama todos a eliminarem palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles (cf. UUS 29).

Avança de maneira considerável quanto à utilização do termo “irmãos separados”. Os cristãos pertencentes a uma confissão já não consideram os outros cristãos como inimigos ou estranhos, mas veem neles irmãos e irmãs. Por outro lado, mesmo o uso da expressão “irmãos separados” tende hoje a ser substituída por vocábulos mais orientados a ressaltar a profundidade da comunhão – ligada ao caráter batismal – que o Espírito alimenta, não obstante as rupturas históricas e canônicas (cf. UUS 42).

Convida as comunidades cristãs a se ajudarem mutuamente (cf. UUS 78). Não usa o termo “ecumenismo de sangue”, de maneira análoga a que o papa Francisco utiliza atualmente, mas o reconhece quando afirma a *martyria* até a morte, a comunhão mais verdadeira que possa existir com Cristo, que derrama o seu Sangue e, neste sacrifício, aproxima aqueles que outrora estavam longe (cf. Ef2, 13) (cf. UUS 84).

Encerra reiterando seu compromisso com a unidade dos cristãos, reafirmando o empenho ecumênico como uma das suas prioridades pastorais e fazendo memória ao papa Paulo VI, quando escreveu ao Patriarca Ecumênico Atenágoras I: “Possa o Espírito Santo guiar-nos no caminho da reconciliação, para que a unidade das nossas Igrejas se torne um sinal cada vez mais luminoso de esperança e de conforto para toda a humanidade” (cf. UUS 99).

Como outros atos consideráveis nesse quesito, temos ainda no pontificado de João Paulo II a abertura da porta santa da Basílica de São Paulo Fora dos Muros e a celebração ecumênica com os representantes de Igrejas e comunidades eclesiais, no dia 18 de janeiro de 2000.

A 7 de maio do mesmo ano, a comemoração ecumênica das testemunhas da fé do século XX, no Coliseu.

Em 27 de novembro do mesmo ano, realiza a entrega das relíquias dos santos Gregório Nazianzeno e João Crisóstomo, bispos e doutores da Igreja, ao Patriarca Ecumênico de Constantinopla Bartolomeu I.

Em 25 de janeiro de 2001, é realizada a celebração ecumênica na

Basílica de São Paulo Fora dos Muros, na conclusão da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos.

A 11 de março de 2002, ocorre a Audiência à Delegação da Igreja Ortodoxa da Grécia, guiada pelo Metropolita de Attikis, Panteleimon.

No dia 4 de outubro do mesmo ano, a celebração ecumênica das Vésperas na Basílica Vaticana, por ocasião do VII centenário do nascimento de Santa Brígida da Suécia, copadroeira da Europa.

Em 2 de outubro de 2003, a visita ao Santo Padre do arcebispo de Canterbury e primaz da comunhão anglicana, Dr. Rowan Douglas Williams.

Finalmente, a 29 de junho de 2004, acontecem a visita ao Santo Padre do Patriarca Ecumênico de Constantinopla Bartolomeu I e a assinatura de uma declaração conjunta (28 de junho-2 de julho de 2004).

Um dos mais significativos gestos de aproximação com a Igreja Ortodoxa foi a entrega do Ícone da Mãe de Deus de Kazan – que havia pertencido ao patriarcado ortodoxo – ao Patriarca Alexis II, em 25 de agosto de 2004. Junto com a imagem, o papa enviou uma mensagem:

O bispo de Roma orou diante deste Ícone pedindo que chegue o dia em que todos nós estejamos unidos e sejamos capazes de proclamar ao mundo, com uma só voz e em visível comunhão, a salvação de nosso único Senhor e seu triunfo sobre o mal e as forças ímpias que buscam ferir nossa fé e nosso testemunho de unidade (JOÃO PAULO II, 2004).

O ecumenismo no pontificado do papa Francisco

O papa Francisco, desde o início, deixa mostras de que o diálogo dará a tônica de seu pontificado. Colegialidade e sinodalidade tornar-se-ão marcas registradas no exercício do seu ministério e, conseqüentemente, o diálogo ecumênico irá adquirir contornos muito específicos a partir de posturas, iniciativas e falas marcantes de Francisco.

Certamente uma das novidades de Francisco em relação ao ecumenismo se dá na esfera dos relacionamentos. Podemos falar de um ecumenismo relacional como novidade aprimorada pelo papa.

No início do pontificado do Papa Francisco, representantes de diversas igrejas estavam presentes. O Papa os recebeu em audiência na Sala Clementina

do palácio Apostólico do Vaticano e afirmou:

Pela minha parte, na esteira de meus predecessores, desejo assegurar a vontade firme de prosseguir no caminho do diálogo ecumênico e desde já agradeço, ao Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, a ajuda que continuará a oferecer, em meu nome, para esta nobilíssima causa (FRANCISCO, 2013).

Em 2013, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), na visita ao complexo de Manguinhos, decide rezar com irmãos evangélicos em uma Igreja da Assembleia de Deus.

Em 2014, vai a Caserta (Itália), para visitar a Igreja Evangélica da Reconciliação e encontrar Giovanni Traettino, pastor com o qual nutre certa amizade, pedindo perdão pelos católicos que são tentados pelo diabo a não compreender o diálogo; fala de uma diversidade reconciliadora, criada pelo próprio Espírito Santo, que faz a diversidade:

É neste caminho que nós cristãos fazemos aquilo a que chamamos com o nome teológico de ecumenismo: procuremos fazer com que esta diversidade seja mais harmonizada pelo Espírito Santo e se torne unidade; procuremos caminhar na presença de Deus para ser irrepreensíveis; procuremos ir em busca do alimento do qual precisamos para encontrar o irmão. É este o nosso caminho, esta é a nossa beleza cristã! (FRANCISCO, 2014b).

Ainda em 2014, ele visita o bispo Tony Palmer da Igreja Anglicana, um sul-africano que morava na Inglaterra e que tragicamente veio a falecer num acidente de moto no mesmo ano. Em 2015, recebe em audiência privada cerca de 100 pastores pentecostais, junto com o pastor Traettino.

Na África, se reúne com as comunidades evangélicas na Faculdade Teológica Evangélica de Bangui e diz:

Queridos irmãos, a divisão dos cristãos é um escândalo, porque contrária, antes de mais nada, à vontade do Senhor. Mas é também um escândalo perante tanto ódio e tanta violência que dilaceram a humanidade, perante tantas contradições que levantam ao Evangelho de Cristo. Por isso, com apreço pelo espírito de respeito mútuo e colaboração que existe entre os cristãos do vosso país, encorajo-vos a avançar por este caminho num serviço comum da caridade. É um testemunho prestado a Cristo, que constrói a unidade (FRANCISCO, 2015).

Falando a uma realidade mais especificamente católica, Francisco discursa aos participantes do 37º encontro nacional da Renovação Carismática Católica, no estádio Olímpico, em 1º de junho de 2014, e exorta os participantes a se reaproximarem da raiz ecumênica desse movimento:

Vós tendes um guia nos Documentos de Malinas, um percurso seguro para não errar o caminho. O primeiro documento é: Orientação teológica e pastoral. O segundo: Renovação Carismática e Ecumenismo, escrito pelo Cardeal Suenens, grande protagonista do Concílio Vaticano II. O terceiro é: Renovação Carismática e serviço ao homem, escrito pelo Cardeal Suenens e pelo Bispo Hélder Câmara. O vosso percurso é: evangelização, ecumenismo espiritual, cuidado dos pobres e dos necessitados e acolhimento dos marginalizados (FRANCISCO, 2014a).

Em 2017, na celebração do jubileu de ouro da Renovação Carismática Católica, na vigília de Pentecostes, realizada no Circo Máximo, dirá o papa:

Estamos aqui reunidos crentes provenientes de 120 países do mundo, para celebrar a obra soberana do Espírito Santo na Igreja, que teve início há 50 anos e deu vida a... uma instituição? A uma organização? Não. A uma corrente de graça, uma corrente de graça da Renovação Carismática Católica. Obra que nasceu... católica? Não. Nasceu **ecumênica**! Nasceu ecumênica porque é o Espírito Santo quem cria a unidade e é o mesmo Espírito Santo que deu a inspiração para que fosse assim! (FRANCISCO, 2017)

Nas ocasiões em que Francisco esteve reunido com a Renovação Carismática, sempre falou da natureza ecumênica dessa realidade e pediu-lhes para que não se prendessem aos excessos tanto de organização, bem como de estrutura, mas que se voltassem à natureza ecumênica, a fim de cumprirem fielmente a sua missão.

Na *Evangelii gaudium*, Francisco também nos trás algumas considerações sobre o ecumenismo. Afirma que as diferenças entre as pessoas e as comunidades por vezes são incômodas, mas o Espírito Santo suscita diversidade. Critica particularismos e exclusivismos que nos levam a nos fechar em nossas realidades, provocando, assim, a divisão; por outro lado, critica também a construção da unidade que se dá segundo nossos planos humanos e que acaba por impor a uniformidade, a homologação. Diz Francisco: “isto não ajuda a missão

1. Grifo nosso.

da Igreja” (EG 131).

Convoca os cristãos a superarem suas divisões, para que o Evangelho alcance maior credibilidade e que assim a Igreja realize a plenitude da catolicidade que lhe é própria naqueles filhos que, embora incorporados pelo Batismo, estão separados da sua plena comunhão (cf. EG 244). Chama os cristãos também a concentrarem suas convicções naquilo que os une, bem como recorda o princípio da hierarquia das verdades, como meio para focarmos naquilo que é comum em nossa fé (cf. EG 246).

O pontificado de Francisco é um exemplo claro de que pontes devem ser construídas neste mundo plural em que vivemos, para que a diversidade seja respeitada e reconciliada. O diálogo é o caminho para que a unidade tão sonhada aconteça.

Wolff afirma que “o Papa Francisco, enquanto Cardeal em Buenos Aires, manifestou forte apreço à teologia de Oscar Cullmann sobre a unidade na diversidade”(WOLFF, 2018, p. 105) e o mesmo afirmará que:

Para Cullman o objetivo não é que todos, desde o início, afirmemos a mesma coisa, mas caminhar juntos numa diferença reconciliada. A solução do conflito religioso entre as múltiplas confissões cristãs está no ato de caminhar juntos, de fazer coisas juntos, de pregar juntos. Pede-nos para não atirmos pedras, mas continuarmos a caminhar lado a lado. É este o modo justo de proceder na resolução de um conflito, explorando as potencialidades de todos, sem anular as diversas tradições ou cair no sincretismo. Cada um a partir da própria identidade, numa atitude de reconciliação, para buscar a unidade da verdade (apud ibidem, 2018, p.105).

Conclusão

A análise histórica mostra que a Igreja Católica permaneceu por séculos numa posição de exclusivismo e fechamento e, em contrapartida, no meio protestante realidades voltadas à unidade foram surgindo. Embora não se justifique, isso nos leva a entender o porquê desse atraso na assimilação dos ensinamentos conciliares concernentes ao ecumenismo. Há uma aplicação tardia dos conceitos de uma iniciativa que, a princípio, surge fora da Igreja Católica.

Aos católicos, muito mais do que o apelo ao argumento de autoridade, entende-se que a unidade é obra do Espírito e vontade expressa de nosso Senhor em sua oração sacerdotal (Jo 17, 21). A fragmentação protestante,

principalmente na realidade pentecostal, torna também essa assimilação ainda mais difícil, pois falta-lhes um ensino direcionado e coeso que lhes mostre a direção a seguir; porém, na realidade católica, se entende que esse chamado do Magistério se torna uma missão para toda a Igreja.

Em nível magisterial, avanços significativos no campo da teologia, bem como no seu *modus operandi*, apontam para nós um caminho a ser seguindo. Por sua vez, na base, encontramos uma extrema dificuldade, tanto na recepção dos direcionamentos como no *modus operandi*. Percebe-se em muitas lideranças, sejam clérigos ou leigos, uma nítida rejeição a esse tema e a fundamentação se dá numa atitude pseudo-apologética de defesa da fé, o que, por sua vez, é contraditório, tendo em vista os avanços do Magistério desde o Concílio Vaticano II. Fica claro que há uma real necessidade de conversão na base, para que a comunhão com o Magistério seja legítima, ao menos nesse aspecto; portanto, existe um longo caminho a ser percorrido, o que é compreensível diante do tempo de reclusão e fechamento vivido na Igreja Católica nesse quesito.

Para Wolff, “no Magistério conciliar e pós-conciliar se está preparando o terreno para que os cristãos católicos assumam o ecumenismo como algo próprio de sua consciência cristã e eclesial” (WOLFF, 2014, p. 32). Diz ainda:

Oficialmente, a Igreja pertence a organismos ecumênicos, mas seus fiéis sequer têm conhecimento. Ignoram-se com facilidade as orientações oficiais da Igreja sobre a formação ecumênica nos institutos de teologia e na vida dos agentes de pastoral, sobre a dimensão ecumênica da evangelização, sobre o método ecumênico no modo de expor as verdades católicas (WOLFF, 2012, p. 13).

Bibliografia

- CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Unitatis redintegratio*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, F. *A nova perspectiva ecumênica do Concílio Vaticano II*. Faculdade Católica de Anápolis, 2013. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/A-NOVA-PERSPECTIVA-ECUMENICA-DO-CONCILIO-VATICANO-II.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- FRANCISCO. *Encontro com os representantes das Igrejas, comunidades eclesiais e de outras religiões*. 2013. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130320_delegati-fraterni.html. Acesso em: 14 junho 2020.
- FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco aos participantes do 37º encontro*

- nacional da Renovação Carismática Católica. 2014a. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140601_rinnovamento-spirito-santo.html. Acesso em: 25 mar. 2020.
- FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco*: Visita privada do Santo Padre a Caserta para o encontro com o pastor evangélico Giovanni Traettino. 2014b. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/july/documents/papa-francesco_20140728_caserta-pastore-traettino.html. Acesso em: 25 mar. 2020.
- FRANCISCO. *Discurso do Santo Padre*: Viagem apostólica do Papa Francisco ao Quênia, Uganda e República Centro-Africana. Encontro com as comunidades evangélicas. 2015. Disponível em: https://m.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/november/documents/papa-francesco_20151129_repubblica-centrafricana-comunita-evangeliche.html. Acesso em: 25 mar. 2020.
- FRANCISCO. *Evangelii gaudium*: A Alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. *Vigília de Pentecostes por ocasião do jubileu de ouro da Renovação Carismática Católica*. 2017. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/june/documents/papa-francesco_20170603_veglia-pentecoste.html. Acesso em: 25 mar. 2020.
- JOÃO XXIII. *Ad Petri Cathedram*. 1959. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html. Acesso em: 19 fev. 2020.
- JOÃO PAULO II. *Audiência geral*: Celebração da Palavra para a entrega do Ícone da Mãe de Deus de Kazan à Igreja Ortodoxa Russa. 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/2004/documents/hf_jp-ii_aud_20040825.html. Acesso em: 25 mar. 2020.
- JOÃO PAULO II. *Declaração conjunta de João Paulo II e do arcebispo de Cantebury*. 1982. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/may/documents/hf_jp-ii_spe_19820529_dichiarazione-comune.html. Acesso em: 19 fev. 2020.
- JOÃO PAULO II. *Discurso do Papa João Paulo II em abertura à peregrinação apostólica para Noruega, Islândia, Finlândia, Dinamarca e Suécia*. 1989. Disponível em: http://m2.vatican.va/content/john-paul-ii/en/speeches/1989/june/documents/hf_jp-ii_spe_19890601_arrivo-norvegia.html. Acesso em: 19 fev. 2020.
- JOÃO PAULO II. *Ut unum sint*. 1995. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25051995_ut-unum-sint.html. Acesso em: 2 mar. 2020.
- KASPER, W. *Que todas sejam uma*: o chamado à unidade hoje. São Paulo: Loyola, 2008.
- LIBÂNIO, J. B. *Concílio Vaticano II*: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.
- PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W. L. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo:

Paulus; Paulinas, 2015.

PAULO VI. *Ecclesiam suam*. 1964. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html. Acesso em: 19 fev. 2020.

PAULO VI. *Evangelii nuntiandi*. 1975. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 2 mar. 2020.

PIO XI. *Mortalium animos*. 1928. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html. Acesso em: 20 fev. 2020.

PIO XII. *Mystici corporis*. 1943. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 20 fev. 2020.

WOLFF, E. *Unitatis reintegratio, dignitatis humanae, nostra aetate*: textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012.

WOLFF, E. *Vaticano II: 50 anos de ecumenismo na Igreja Católica*. São Paulo: Paulus, 2014.

WOLFF, E. *Igreja em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2018.

ZANON, D. *Para ler o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2012.